



Agentes
Territoriais
de Cultura

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO
INICIAL E CONTINUADA DO PROGRAMA NACIONAL
DOS COMITÊS DE CULTURA

CURSO 3

AGENTE TERRITORIAL DE CULTURA: Territorialização das políticas culturais

SUMÁRIO

<u>1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO</u>	4
1.1 Identificação das instituições responsáveis pelo Curso	4
1.2 Responsáveis pela elaboração do Projeto Pedagógico do Curso	5
<u>2 DADOS GERAIS DO CURSO</u>	6
2.1 Dados das instituições responsáveis pelo curso	7
<u>3 APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FORMADORAS</u>	8
3.1 Instituto Federal de Educação, Ciência E Tecnologia do Rio Grande Do Norte (IFRN)	8
3.2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)	9
3.3 Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Pará (IFPA)	10
3.4 Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul)	11
3.5 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG)	12
<u>4 APRESENTAÇÃO DO CURSO</u>	13
<u>5 JUSTIFICATIVA</u>	15
5.1 Demanda Formativa	15
5.2 Territorialização das Políticas Culturais	16
<u>6 OBJETIVOS DO CURSO</u>	19
6.1 Objetivo Geral	19
6.2 Objetivos Específicos	19
<u>7 PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS</u>	21
7.1 Ações Pedagógicas	23
7.1.1 Círculos de Cultura	23
7.1.1.1 Investigação temática: reflexão político-pedagógica	24
7.1.2 Cartografia Cultural-Popular	26
7.1.3 Comunicação Comunitária	27
7.2 Educação Popular e Participação Social	29

<u>8 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO</u>	<u>33</u>
<u>9 ÁREAS DE ATUAÇÃO</u>	<u>35</u>
<u>10 PRÉ-REQUISITOS DE ACESSO</u>	<u>36</u>
<u>11 MECANISMOS DE ACESSO AO CURSO</u>	<u>36</u>
<u>12 MATRIZ CURRICULAR</u>	<u>36</u>
<u>13 EMENTÁRIO</u>	<u>36</u>
<u>14 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO, FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO</u>	<u>37</u>
<u>14.1 Instrumentos de Avaliação e Frequência: Círculos de Cultura, Portfólios e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)</u>	<u>38</u>
<u>14.1.1 Círculos de Cultura</u>	<u>38</u>
<u>14.1.2 Plano de Ação Cultural</u>	<u>38</u>
<u>14.1.3 Portfólio</u>	<u>38</u>
<u>14.1.4 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)</u>	<u>39</u>
<u>14.1.5 Sistematização do processo formativo</u>	<u>40</u>
<u>14.2 Frequência e Aprovação</u>	<u>41</u>
<u>14.3 Desligamento</u>	<u>41</u>
<u>15 CERTIFICAÇÃO</u>	<u>42</u>
<u>16 RECURSOS PARA A PERMANÊNCIA, O ÊXITO E A CONTINUIDADE DE ESTUDOS DO AGENTE TERRITORIAL DE CULTURA</u>	<u>42</u>
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	<u>43</u>
<u>APÊNDICE A: MATRIZ CURRICULAR</u>	<u>44</u>
<u>APÊNDICE B: EMENTÁRIO</u>	<u>45</u>
<u>APÊNDICE C: CERTIFICAÇÃO</u>	<u>55</u>



1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS PELO CURSO:

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Educação

Camilo Santana

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN

Reitor

José Arnóbio de Araújo Filho

Pró-Reitora de Extensão

Samira Fernandes Delgado

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ

Reitor

Rafael Barreto Almada

Pró-Reitora de Extensão

Ana Luisa Soares da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA

Reitora

Ana Paula Palheta Santana

Pró-Reitora de Extensão

Keila Renata Mourão Valente

Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia Sul-rio-grandense - IFSul

Reitor

Carlos Jesus Anghinoni Correa

Pró-reitora de Extensão

Carolina Mendonça Fernandes de Barros

Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia de Goiás - IFG

Reitora

Oneida Cristina Barcelos Irigon

Pró-reitor de extensão

Reinaldo de Lima Reis Júnior

Ministra de Estado da Cultura

Margareth Menezes

Secretário Executivo do Ministério da Cultura

Márcio Tavares

Secretaria de Articulação Federativa e

Comitês de Cultura

Roberta Martins

Diretora de Articulação e Governança

Desirée Tozi

Coordenadora Geral dos Comitês de

Cultura

Mirela Araújo



1.2 RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG
Abilio de Jesus Carrascal
Suzy Mara Gomes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA
Adriana Corrêa de Oliveira
Suellen Lemes Freire Santos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
Jobson Martins da Silva Maranhão
Rita de Cássia Rocha
Samira Fernandes Delgado

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ
Renata Montechiare
Fernanda Camargo
Alexandre de Oliveira Pimentel
Annie Ramos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul
Tereza Cristina Benevenutti Lautério
Sandra Corrêa Vieira

Diretoria de Articulação e Governança da Secretaria dos Comitês de Cultura do Ministério da Cultura
Rosilene Komarcheski
Mirela Araujo
Desireé Tozi
Victor Varela

Diretoria de Educação Popular da Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República
Adriana Sacramento de Oliveira
Pedro de Carvalho Pontual
Thiago Teixeira
Clóvis Henrique Leite de Souza



2 DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso:

Agente Territorial de Cultura: territorialização das políticas culturais

Eixo Tecnológico: **Produção Cultural e Design**

Coordenação:

IFRN - Samira Fernandes Delgado

IFRJ - Fernanda Camargo

IFPA - Adriana Corrêa de Oliveira

IFSul - Sandra Corrêa Vieira

IFG - Abílio de Jesus Carrascal

Curso de Formação Inicial e Continuada – FIC

Modalidade de oferta: Ensino à Distância (EaD)

Carga Horária: 160 (cento e sessenta) horas

Duração: 4 (quatro) meses

Nível: Formação Inicial e Continuada – FIC

Pré-requisitos: capacidade de leitura e escrita; habilidades mínimas no uso de tecnologias digitais.

Público-alvo: mulheres; pessoas jovens (18 a 29 anos); pessoas negras (pretas ou pardas); indígenas; quilombolas; com deficiência; trans.

Local a ser realizado: Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Requisitos de acesso ao Curso: Aprovação em edital de seleção de Agentes Territoriais de Cultura.



2.1 DADOS DAS INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS PELO CURSO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN

CNPJ: 10.877.412/0001-68

Endereço: Reitoria, Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol

Cidade/UF: Natal/RN - CEP 59015-300 Telefone: (84) 4005-0890

Site da Instituição: <https://portal.ifrn.edu.br/>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ

CNPJ: 10.952.708/0001-04

Endereço: Rua Buenos Aires, 256.CENTRO Cidade/UF/CEP: Rio de Janeiro/RJ - 20061-002

Telefone: (21) 3293-6070, 3293-6071, 3293-6072 e 3293-6073.

Site da Instituição: www.ifrj.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA

CNPJ: 10.763.998/0001-30

Endereço: Avenida João Paulo II, 514 – Castanheira

Cidade/UF: Belém/PA Telefone: (91) 3311-8737 (91) 3276-1271

Site da Instituição: www.ifpa.edu.br

Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSul

CNPJ: 10.729.992/0013-80

Endereço: Rua Gonçalves Chaves, nº 3218

Cidade/UF: Pelotas/RS - CEP: 96.015-560 Telefone: (53) 3030-6050

Site da Instituição: <http://www.ifsul.edu.br/>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG

CNPJ: 10.870.883/0001-44

Endereço: Av. C-198, 500 - Jardim América

Cidade/UF: Goiânia/GO - CEP: 74270-040 Telefone: (62) 3612-2200

Site da Instituição: www.ifg.edu.br

Ministério da Cultura - MinC

CNPJ: 01.264.142/0001-29

Secretaria dos Comitês de Cultura - SCC

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 2º andar

Cidade/UF/CEP: Brasília/DF - CEP: 70068-900 Telefone: (61) 2024-2612

Site da Instituição: gov.br/cultura



3 APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FORMADORAS



3.1 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), institucionalidade conferida pelos termos da Lei 11.892, de 29 de setembro de 2008, compõe a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vincula-se ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia e detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. A sua função social se compromete com a oferta da educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social.

De organização pluricurricular e multicampi, o IFRN, através de seus 22 Campi: Natal – Central; Natal – Zona Norte; Natal – Centro Histórico; Natal – Zona Leste; Apodi; Caicó; Canguaretama; Ceará-Mirim; Currais Novos; Ipanguaçu; João Câmara; Jucurutu; Lajes; Macau; Mossoró; Nova Cruz; Parnamirim; Parelhas; Pau dos Ferros; Santa Cruz; São Gonçalo do Amarante; São Paulo do Potengi; oferece ensino público, laico, gratuito e de qualidade, com cursos que abarcam a educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, conjugando conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos a ideais pedagógicos de fundamentação histórico-crítica.

Destarte, são cursos que, em sintonia com a função social, visam a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, culturais e sociais do Rio Grande do Norte. Ademais, o IFRN desenvolve o ensino, a pesquisa e a extensão como uma tríade indissociável, na perspectiva da produção, socialização e difusão de conhecimentos. Em um contexto mais amplo, a Instituição visa contribuir para as transformações da sociedade, visto que esses processos educacionais são construídos nas relações sociais.



3.2 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) é uma instituição federal de ensino público e gratuito que se propõe a fornecer ensino humanizado, crítico e cidadão. Oferece cursos gratuitos em 14 municípios do Rio de Janeiro. São cursos de nível médio (técnicos que podem ser cursados de forma integrada, concomitante e subsequente ao Ensino Médio), superiores (de graduação e pós-graduação) e de extensão.

As unidades do Instituto são: Arraial do Cabo, Belford Roxo, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Pinheiral, Realengo, Resende, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Volta Redonda. A partir de 2025, o IFRJ contará com três novas unidades: Complexo do Alemão, Arena Olímpica e Teresópolis.

A Reitoria está localizada na Capital do Rio de Janeiro.

No total, são 22.779 estudantes e 169 opções de cursos. Tem aproximadamente 1.112 professores e 990 técnicos-administrativos.

Conforme dados divulgados em dezembro de 2018, pelo Ministério da Educação (MEC), o IFRJ possui conceito 4 (quatro) no Índice Geral de Cursos (IGC), em uma escala crescente que vai até cinco. O indicador refere-se à avaliação do ano de 2017.



3.3 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ (IFPA)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) é uma autarquia federal de ensino, instituído pela Lei 11.892, de 29 de setembro de 2008, que atua no âmbito da Educação Profissional e integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC.

O IFPA consolida-se como instituição federal de ensino público, gratuito e é considerada referência educacional na Região Norte pela oferta de cursos em diversos níveis de ensino, desde cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), até cursos técnicos de nível médio, graduação e pós-graduação, nas modalidades presencial e à distância.

Ao longo de mais de um século de atuação, o IFPA tem vivenciado mudanças de natureza diversa e desafios impostos pela sociedade contemporânea em geral e também aquelas relativas às demandas da Amazônia brasileira e demais comunidades da região norte do Brasil. Tais mudanças e desafios vêm impulsionando o Instituto a encontrar respostas e a propor soluções de ensino, pesquisa, extensão e inovação que atendam às comunidades locais e que contribuam decisivamente para o desenvolvimento regional.

O IFPA está presente em todas as regiões do estado do Pará, contribuindo para a formação profissional e para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Paraense, por meio de sua Reitoria e de seus 18 campi: Abaetetuba; Altamira; Ananindeua; Belém; Bragança; Breves; Cametá; Castanhal; Conceição do Araguaia; Itaituba; Marabá Industrial; Óbidos; Paragominas; Parauapebas; Santarém; Tucuruí; Campus Rural de Marabá; Campus Avançado Vigia.



3.4 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul)

O Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFsul) é uma instituição pública e gratuita vinculada ao MEC, com sede e foro na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Criado a partir da transformação do CEFET RS, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFSul possui natureza jurídica de autarquia detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

A administração do IFSul tem como órgãos superiores o CODIR e o CONSUP, cujas competências, normas de funcionamento e estruturação estão organizadas em seu Estatuto. A reitoria e os 14 campi do IFSul assim estão distribuídos pelo Rio Grande do Sul: Pelotas; Pelotas - Visconde da Graça; Bagé; Camaquã; Charqueadas; Gravataí; Lajeado; Passo Fundo; Santana do Livramento; Sapiranga; Sapucaia do Sul; Venâncio Aires; Campus Avançados de Jaguarão e Novo Hamburgo.

Segundo a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), que reúne dados da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal), o IFSul atende um total de 138.925 discentes (ano base 2023), nos diferentes níveis e modalidades de ensino, atendendo Formação Inicial e Continuada (FIC), Ensino Técnico de Nível Médio, Integrado e Subsequente, Graduação, Pós-Graduação lato e stricto sensu, com cursos presenciais e à distância.

Também exerce o papel de instituição acreditadora e certificadora e competências profissionais.



3.5 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), criado pela Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que transformou os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, é uma autarquia federal com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, sendo equiparada às universidades federais. Trata-se de uma instituição de educação básica, profissional e superior, de caráter pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de ensino público, gratuito e de qualidade em diversas modalidades.

Atualmente, conta com 14 campi em funcionamento: Anápolis, Aparecida de Goiânia, Águas Lindas, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso. Além disso, mais dois campi estão em fase de implantação, Cavalcante e Quirinópolis, com previsão de início das atividades letivas em breve.

O IFG tem por finalidade formar e qualificar profissionais para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisas e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

A instituição oferece desde educação técnica integrada ao ensino médio à pós-graduação. Na educação superior, conta com os cursos de tecnologia, especialmente na área industrial, e os de bacharelado e licenciatura. Na educação profissional técnica de nível médio, o IFG atua, na forma integrada, atendendo também ao público de jovens e adultos, por meio do EJA. Atualmente são oferecidos ainda cursos de mestrado profissional e especialização *lato sensu*, além dos cursos de extensão, formação profissional de trabalhadores e da comunidade, de Formação Inicial e Continuada (FIC), que são cursos de menor duração, e os cursos de educação à distância.



4 APRESENTAÇÃO DO CURSO

O Curso “Agente Territorial de Cultura: Territorialização das políticas culturais”, como Formação Inicial e Continuada (FIC), é ofertado pelos Institutos Federais acima descritos, na modalidade de educação à distância (EaD), por meio de uma parceria com o Ministério da Cultura (MinC). Essa parceria ocorre no âmbito do Programa Nacional dos Comitês de Cultura – PNCC, instituído pela Portaria Ministerial nº 64/2023, do MinC, que tem por objetivo ampliar o acesso às políticas públicas de cultura, fortalecendo a democracia e a participação popular e cidadã no âmbito das políticas culturais e do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

A formação de agentes territoriais de cultura é parte de uma estratégia de implementação desse Programa, visando formar agentes culturais para promover o acesso a políticas públicas e fortalecer as ações culturais desenvolvidas em seus territórios e comunidades, a partir dos princípios da educação popular, do enfrentamento de todas as formas de discriminação e da valorização da diversidade cultural, étnico-racial e regional, promovendo a economia da cultura e as cadeias produtivas locais.

O curso “Agente Territorial de Cultura: Territorialização das Políticas Culturais” é o terceiro de uma série de três cursos da modalidade FIC que têm sido ofertados a agentes territoriais de cultura do PNCC – pessoas selecionadas por edital, mediante parceria entre os Institutos Federais e o MinC. Direcionado a agentes culturais que já dispõem de saberes e experiências diversas no campo da cultura em seus territórios, em diferentes regiões do país, este curso efetiva uma ação de formação continuada no âmbito de uma política pública de cultura por meio de uma perspectiva territorial e capilarizada que possibilita a qualificação profissional e o fortalecimento de um compromisso ético-político desses sujeitos com a cultura.



O curso será realizado de modo articulado às ações a serem desenvolvidas pelo conjunto de agentes cursistas em seus territórios, sendo direcionado para a formação e orientação da atuação prática dessas pessoas no campo da cultura com base nas suas próprias realidades. É por essa perspectiva que foi elaborada a matriz curricular do curso, de modo a possibilitar o percurso por um conjunto de módulos que traduzem algumas das questões mais urgentes para o campo da cultura na atualidade e, consequentemente, para os saberes sobre esse campo.

A construção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) consolida o ineditismo da proposta, a qual foi construída de forma coletiva e colaborativa por representantes de diversas instituições e de órgãos públicos federais, comprometidos com a educação pública, gratuita e de qualidade, a saber: Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Instituto Federal do Pará (IFPA) e Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) e Instituto Federal de Goiás (IFG); a Coordenação Geral dos Comitês de Cultura da Diretoria de Articulação e Governança (DAG) da Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura (SAFCC) do Ministério da Cultura (MinC); e a Diretoria de Educação Popular (DEP) da Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) da Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR).

O curso é ofertado pelos 5 (cinco) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia responsáveis pela proposta, no eixo tecnológico de Produção Cultural e Design, com carga horária de 160 (cento e sessenta) horas, conforme classificação do Guia de Cursos FIC do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).



5 JUSTIFICATIVA

De modo global, a oferta deste curso se justifica pela evidente demanda sociocultural por formação direcionada ao fortalecimento da territorialização das políticas culturais por meio de estratégias e instrumentos de mobilização, participação, comunicação, cartografia social e popular e fortalecimento de políticas e dos sistemas de cultura nos territórios.

5.1 DEMANDA FORMATIVA

Em seu aspecto global, a Formação Inicial e Continuada (FIC) é concebida como uma oferta educativa, específica da educação profissional e tecnológica, que favorece a qualificação, a requalificação e o desenvolvimento profissional de pessoas trabalhadoras, nos mais variados níveis de escolaridade e de formação. Centra-se em ações pedagógicas, de natureza teórico-prática, planejadas para atender às demandas socioeducacionais de formação e de qualificação profissional.

Nesse sentido, consolida-se em iniciativas que buscam formar, qualificar, requalificar e proporcionar atualização e aperfeiçoamento profissional a pessoas ativas em atividades produtivas ou não produtivas. Além disso, essas iniciativas contemplam a reintegração ao ambiente formativo daquelas que foram excluídas dos processos educativos formais e necessitam de educação contínua para dar prosseguimento aos estudos, promovendo, assim, a inclusão social e o desenvolvimento humano.

No campo cultural, urge a necessidade de ampliar o acesso às políticas públicas para fazedoras e fazedores de cultura que já desenvolvem ações nesse campo – muitas vezes, sem incentivo robusto do poder público, bem como possibilitar o desenvolvimento e a inclusão de novas gerações na economia criativa. É nesse contexto que o Ministério da Cultura institui o Programa Nacional dos Comitês de Cultura – PNCC, por meio da Portaria Ministerial nº 64/2023.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, integrantes da rede de parceiros do PNCC, propõem-se a oferecer o curso de Formação Inicial e Continuada em Agente Territorial de Cultura, com o intuito de qualificar



fazedoras e fazedores de cultura a desenvolverem ações que fortaleçam a economia da cultura e as cadeias produtivas, culturais e sociais locais. Nessa direção, a formação contribui para o desenvolvimento socioeconômico e para a transformação social engajando agentes em situações reais da comunidade e alicerçando suas práticas em processos participativos e democráticos dentro dos princípios da educação popular, da participação social, do enfrentamento da discriminação e da valorização da diversidade.

O curso é oferecido por meio da modalidade de Educação à Distância, apoiada por Ambientes Virtuais de Aprendizagem – AVAs, e tem como compromisso a promoção da inclusão digital e o acesso às novas tecnologias de comunicação e informação do público de agentes, fortalecendo pessoas fazedoras de cultura como protagonistas do processo de comunicação e produção cultural também no mundo digital.

A formação de agentes territoriais de cultura é uma ação estratégica para a implementação do PNCC. Por sua vez, os Institutos Federais, integrantes da rede de parceiros e comprometidos com os princípios e diretrizes desse programa, assumindo a função de formar essas pessoas e buscando contribuir para a sua emancipação, para a multiplicação de saberes em seus territórios, a democratização do acesso aos bens e políticas culturais e o protagonismo na produção do conhecimento. Assim o curso pode potencializar as capacidades das e dos agentes de contribuírem para o desenvolvimento socioeconômico e cultural das suas regiões, articulado a processos de participação popular, inclusão e justiça social.

5.2 TERRITORIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS

A territorialização das políticas culturais indica a necessidade de reconhecimento, identificação e fomento das diversas formas de expressão cultural que se dão nos territórios onde elas são cotidianamente efetivadas. Buscando o reconhecimento e a valorização de saberes e fazer culturais em diferentes contextos e escalas territoriais, essa perspectiva permite estimular não somente a produção, mas também a circulação e o intercâmbio dessas expressões e das pessoas que as produzem. No contexto da territorialização da política cultural, é fundamental compreender o território a partir de uma perspectiva que o situa no âmbito das relações sociais de produção material e simbólica historicamente construídas.

As múltiplas relações entre o território e a cultura se manifestam nas práticas de sujeitos individuais e coletivos, revelando disputas de imaginários e significados. Na perspectiva de Jorge Barbosa (2017), é no uso do território – isto é, na sua



apropriação – que os sujeitos realizam suas produções materiais e simbólicas, combinam saberes e inventam fazeres, intervindo nas percepções e recepções culturais que se constroem socialmente.

Trata-se, portanto, de um “conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar em toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos” (Barbosa, 2017). Dessa maneira, entendemos que um território se configura por meio de produções materiais e simbólicas, por um regime de signos que, ao ganhar amplitude, produzem formas de ser, pensar, sentir, agir e de viver.

Territórios expressam forças criadoras e produtivas. Sendo assim, o território deve ser analisado como construção e expressão de múltiplos fazeres e saberes cuja escritura se dá nos tecidos sociais, nos lugares carregados de uma produção cultural, através das suas singularidades e multiplicidades.

Para acompanhar o processo de formação de agentes territoriais de cultura, a territorialização é aqui compreendida como uma estratégia de articulação territorial para a realização de ações de mobilização social, formação em direitos e políticas culturais, apoio à elaboração de projetos e parcerias, comunicação social e difusão de informações sobre as políticas culturais, em associação com um amplo campo de inteligências e tecnologias culturais em todas as regiões e territórios do país.

De acordo com o Art.º 5, inciso II, da Portaria 64/023, a territorialização é uma estratégia de implementação do PNCC que tem por finalidade “promover a descentralização territorial das políticas públicas de cultura, fortalecer as relações territoriais e comunitárias que impulsionam as dinâmicas culturais e democratizar o acesso aos recursos públicos, tendo como referência o Índice Territorial dos Comitês de Cultura (ITCC)”.

O ITCC é um indicador síntese, elaborado no âmbito do MinC especificamente para pensar a planejar a distribuição e alcance territorial do PNCC. Composto por 22 indicadores sociais, econômicos e culturais, oriundos de diversas bases de dados, agrupados nas dimensões socioeconômica, sociocultural, de vulnerabilidade urbana, desenvolvimento regional e acesso às políticas culturais locais, que possibilitou a comparação entre regiões geográficas brasileiras e a identificação de áreas prioritárias para o direcionamento das ações do PNCC.

Nesse sentido é que, por meio dos editais de seleção de agentes territoriais de cultura, buscou-se direcionar as vagas existentes de modo a contemplar, no mínimo, 1 (um) agente por região imediata, em todo o território nacional. Segundo o IBGE,



As Regiões Imediatas são agrupamentos de 5 a 25 municípios estruturados a partir da referência da rede urbana comandada por uma cidade classificada, no mínimo, como Centro de Zona B, agrupando uma população mínima de 50 mil habitantes. Nesses agrupamentos, a população procura centros urbanos próximos para satisfação de necessidades imediatas como emprego, saúde, educação, compras de bens de consumo e prestação de serviços públicos (IBGE, 2017).

É importante que os processos formativos vivenciados contribuam para uma visão crítica das/os agentes e uma compreensão da realidade de forma que possa habilitar os profissionais da cultura a mobilizar ações transformadoras. Para tanto, é fundamental que essas pessoas conheçam os territórios para que neles se articulem e realizem mobilizações no campo das políticas culturais e concernentes ao PNCC; e para que esses processos promovam participação popular e justiça social.



6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1 OBJETIVO GERAL

Qualificar profissionais para o mapeamento, a difusão e o desenvolvimento de ações culturais em suas comunidades e territórios a partir dos princípios da educação popular, do enfrentamento de todas as formas de discriminação e da valorização da diversidade cultural, étnico-racial e regional, promovendo a economia da cultura e as cadeias produtivas locais.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Promover a compreensão do Sistema Nacional de Cultura - SNC e suas políticas públicas, de modo a favorecer a democratização e a ampliação do acesso aos mecanismos de fomento junto a fazedores e fazedoras de cultura, especialmente de regiões prioritárias definidas pelo PNCC;
- b) Contribuir para a capilaridade do PNCC e para o alcance de territórios e públicos onde o acesso às políticas públicas de cultura é mais restrito, fortalecendo diferentes identidades territoriais;
- c) Mapear por meio de estratégias de cartografia social e popular expressões culturais do território vivido em suas diversidades;
- d) Fortalecer e divulgar as ações culturais desenvolvidas nas comunidades, valorizando as pessoas fazedoras de cultura mais experientes e possibilitando o surgimento de novas fazedoras dentre a juventude;



- e) Incentivar a comunicação popular e acessível, especialmente a digital, em interação com a sociedade e combater a desinformação sobre as políticas públicas e o acesso aos direitos sociais;
- f) Proporcionar a educação popular e a formação cidadã para o exercício dos direitos e políticas culturais e sociais, fortalecendo as instâncias de participação e de deliberação do SNC;
- g) Contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico, a geração de trabalho e renda e a reversão das desigualdades sociais e regionais no campo da cultura;
- h) Implementar inovações em participação social, ampliando a mobilização e o debate público acerca das políticas culturais e de temas de relevância nacional; e
- i) Possibilitar a inclusão digital de fazedores e fazedoras de cultura, por meio da apropriação e domínio de ferramentas de comunicação e informação, que favoreçam a divulgação de suas ações culturais e o fortalecimento de suas identidades territoriais.



7 PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Os princípios e métodos de implementação da estratégia Agentes Territoriais de Cultura do PNCC incluem a participação social, a educação popular, a valorização e promoção da diversidade cultural, étnico-racial e regional brasileira, o fortalecimento das identidades territoriais, o combate às desigualdades regionais e socioculturais e a todas as formas de discriminação, além da valorização da população negra, indígena, das mulheres e representativa da diversidade sexual e de gênero.

Em vista disso, a abordagem pedagógica que orienta esse projeto pauta-se na promoção de uma educação democrática, participativa e que se preocupa com a formação integral dos sujeitos. Sob este ponto de vista, valorizam-se as subjetividades e as relações entre teorias, experiências e práticas, assim como a reflexão crítica.

O curso Agente Territorial de Cultura foi pensado de modo integrado a um conjunto de outras atividades práticas voltadas à articulação e mobilização social no campo da cultura que as/os agentes devem realizar concomitantemente em seus territórios de atuação no âmbito do PNCC. Nesse sentido, o curso tem dentre suas finalidades fornecer subsídios para a realização de tais atividades mediante a qualificação profissional, propiciando a interação dialógica no processo de ensino-aprendizagem e a integração entre teoria e prática.

A carga horária de dedicação das/os agentes selecionados é de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas em 10 (dez) horas de formação e 10 (dez) horas de ação cultural nos territórios.



O Projeto Pedagógico do Curso foi elaborado para responder às 10 (dez) horas semanais previstas para a formação, contudo, dialoga diretamente com as demais atividades das/os agentes, aquelas previstas para o cumprimento das outras 10 (dez) horas de atuação no Território, conforme disposto a seguir:

FORMAÇÃO - VIDEOAULAS, MATERIAIS DE LEITURA E ATIVIDADES NO AVA, CÍRCULOS DE CULTURA, PLANEJAMENTO, SISTEMATIZAÇÃO E

ORIENTAÇÃO: etapa com profunda relação com a investigação temática como momento de reflexão político-pedagógica, que abarca as atividades de ensino e aprendizagem no AVA, a construção do planejamento individual da ação a ser realizada pela/o agente no seu território, além do registro, organização de materiais e reflexão sobre a sua atuação, sempre sob orientação da equipe de coordenadores estaduais e de tutores.

AÇÃO CULTURAL - ATIVIDADES DE MAPEAMENTO, ARTICULAÇÃO,

MOBILIZAÇÃO, COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO: realização de ações culturais junto à comunidade local com vistas ao fortalecimento da política cultural nos territórios, de acordo com o planejamento elaborado durante a formação.

A perspectiva pedagógica que fundamenta a metodologia proposta é orientada por estudos e práticas de Paulo Freire, organizada nas seguintes obras de sua autoria: Pedagogia do Oprimido (1970), Pedagogia da Autonomia (1996), Extensão ou Comunicação (1985), Cartas à Guiné Bissau (1977), dentre outras. Este alinhamento destaca-se porque busca estimular o desenvolvimento da consciência crítica e propõe que os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem considerem uma postura ativa e reflexiva diante das adversidades da sociedade atual, da mesma forma que sejam sujeitos protagonistas da construção do conhecimento.

Nesse contexto, a metodologia proposta tem a educação popular e a participação social como fundamentos, constituindo um convite à transformação social e cultural, através de três ações pedagógicas centrais: os Círculos de Cultura, a Cartografia Cultural-Popular e a Comunicação Comunitária.

Os **Círculos de Cultura** proporcionam espaços de diálogo horizontal, valorizando as culturas locais e promovendo a reflexão sobre as vivências das/os agentes. Assim, as atividades de formação visam proporcionar a essas pessoas subsídios por meio do diálogo, da reflexão e de momentos de conscientização crítica sobre seu processo de formação e sua leitura e interpretação do território, com o intuito de estimular uma atuação, permitindo-lhes promover ações de articulação, mobilização, formação e comunicação por esta perspectiva.



A **Cartografia Cultural-Popular** parte da inseparabilidade entre o conhecer e o fazer, propõe como método de sistematização das experiências vivenciadas - neste caso, as/os agentes Territoriais de Cultura - o acompanhamento dos percursos e das conexões com as pessoas que fazem cultura em seus contextos para mapear não apenas os territórios físicos, mas, também, os fazeres e as paisagens sociais, políticas e existenciais. Essa abordagem permite a/o agente imergir nas relações que deseja compreender, reconhecendo a si mesma/o como parte integrante do processo de pesquisa e ponto de partida para sua ação no território.

Por sua vez, a **Comunicação Comunitária** emerge como uma ferramenta poderosa para reconhecer e amplificar as vozes das comunidades, conversando com os sujeitos nos territórios a partir da sua linguagem.

Esses três elementos se entrelaçam para criar uma metodologia popular e participativa nos territórios envolvidos, conforme detalhamento ao longo deste documento.

7.1 AÇÕES PEDAGÓGICAS

7.1.1 CÍRCULOS DE CULTURA

Em lugar de professor, com tradições fortemente 'doadoras', o Coordenador de Debates. Em lugar de aula discursiva, o diálogo. Em lugar de aluno, com tradições passivas, o participante de grupo. Em lugar dos 'pontos' e de programas alienados, programação compacta, 'reduzida' e 'codificada' em unidades de aprendizado. (FREIRE, 1985).

Os Círculos de Cultura, inspirados e propostos por Paulo Freire, visam promover a horizontalidade na relação entre educador e educando, valorizando as culturas locais e a oralidade. Esses momentos respeitam as vivências das/os agentes, oferecendo espaços de escuta e diálogo, a partir de suas reflexões. Além disso, incentivam a colaboração e o compartilhamento de experiências e conhecimentos sobre as atividades de mobilização e comunicação nos territórios.

Dessa forma, as/os agentes têm encontros periódicos com as pessoas que estão envolvidas nas coordenações estaduais e docentes que atuam na tutoria para debater os assuntos estudados e as vivências de mobilização.



A tematização dos Círculos de Cultura será construída em diálogo com o inventário das vivências nos territórios, a partir da mobilização, buscando compreender quais questões culturais essenciais estão na síntese das políticas culturais, sob uma perspectiva subjetiva, advinda do olhar da/o agente, de suas emoções, experiências e leitura do território. O conteúdo das atividades formativas também é facilitador desses encontros.

Os Círculos de Cultura visam promover: a) a tomada de consciência sobre o vivido; b) a participação consciente; c) a comunicação-discussão entre as pessoas envolvidas; d) os desvelamentos de desejos e sonhos; e e) a ampliação do olhar sobre a realidade.

Busca-se, ainda, por meio dos Círculos de Cultura, revelar as realidades em suas interconexões culturais, sociais e político-econômicas, proporcionando às/ aos agentes momentos de valorização da diversidade cultural, tanto étnico-racial quanto regional brasileira. Para tanto, podem ser assim organizados:

- Temas geradores – Tematização: momento de fundar, em diálogo com as pessoas envolvidas, um universo temático repleto de significados (numa perspectiva interdisciplinar);
- Problematização: momento de desenvolvimento de consciência crítica sobre os temas em debate, a partir da capacidade dialógica própria da pessoa humana (ação-reflexão-ação);
- Sínteses culturais: momento para constituir ação cultural, que transforme o mundo das pessoas envolvidas, por meio do diálogo, da problematização e da superação das contradições antagônicas;
- Inéditos viáveis: momento de transcender às situações-limites e construir ações efetivas que possam superá-las; momento de fazer o sonho tornar-se realidade.

7.1.1.1 INVESTIGAÇÃO TEMÁTICA: REFLEXÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA

Na perspectiva freiriana, o tema gerador é a ferramenta central e o núcleo de aprendizagem emancipatório político-pedagógico no qual estão presentes as experiências humanas. Ele produz significados repletos de sentidos, constituídos a partir das vivências adquiridas pelas pessoas em suas vidas cotidianas e nos



seus territórios. Para que se chegue a ele, será preciso uma escuta afetiva por meio de seus interlocutores. Desse modo, é fundamental que se estabeleça, nessa relação, um diálogo atento e de escuta ativa e sensível. Na investigação dos temas geradores, todos aprendem e participam. A partir da escuta e da reflexão sobre a realidade, novos sentidos podem ser construídos coletivamente e, por isso, o tema gerador permite que se faça uma releitura do mundo, atingindo-se os inéditos viáveis. Não se trata de constituir apenas uma hipótese sobre determinada situação, que se manifesta de forma polarizada e irreconciliável, mas, antes, refere-se a um fato concreto da vida, um cenário constatado e percebido pelos sujeitos para o qual sejam estabelecidas sínteses provisórias. As pessoas que participam desse processo saem de uma dimensão passiva e entram numa esfera ativa, problematizando e propondo soluções que refletem suas necessidades coletivas.

O tema gerador é uma ferramenta metodológica que, uma vez mobilizada, proporciona que a/o agente realize tanto a comunicação popular, de forma acessível, quanto a integração das ações no território, promovendo transformação social e consciência cidadã. Esse diálogo permite que as experiências sejam compartilhadas pelas pessoas nos territórios onde vivenciam o cotidiano das práticas culturais. Sugere-se, a partir dessas considerações, a seguinte roteirização:

- ✓ TEMA GERADOR**
ativar grupo | reconhecer interesses | eleger temas comuns
- ✓ PROBLEMATIZAÇÃO**
levantar inquietações do grupo diante do tema eleito | conectar as inquietações com a realidade da comunidade | refletir a realidade da comunidade no mundo aglutinando inquietações
- ✓ SÍNTESE CULTURAL**
gerar ideias que transforme a realidade | propor soluções possíveis | priorizar ação cultural que transforme a realidade da comunidade
- ✓ INÉDITOS VIÁVEIS**
planejar mutirão identificando recursos e dividindo tarefas | realizar ação | celebrar realização do sonho coletivo, entendendo que é preciso fazer nesse percurso: a) avaliação sobre o vivido; b) reconhecimento sobre a aprendizagem; c) valorizar o experienciado; d) retroalimentar o sonho



7.1.2 CARTOGRAFIA CULTURAL-POPULAR

Entre os processos e registros das ações do Agente Territorial de Cultura, a Cartografia Cultural-Popular¹ será um dos métodos utilizados, pois a relação com a comunidade se dará de maneira fluida e constante. Assim, acreditamos que este método possa abarcar diversas formas de experiências oriundas das trocas de saberes e no exercício cidadão.

“A cartografia é um método formulado por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) que visa acompanhar um processo, e não representar um objeto” (Kastrup, 2015, p. 32). Neste sentido, é um método de pesquisa que possibilita acompanhar processos em movimento, percursos, ações efêmeras e atuações em territórios sensíveis, seja no campo subjetivo, como também, na materialidade. Traça caminhos que escapam aos tradicionais métodos de pesquisa, pois conecta esses processos em forma de tramas, mapas móveis e/ou rizomas.

O processo pedagógico, tendo a cartografia cultural-popular como método, requer que a/o agente na sua prática vá desenhando seu mapa, rastreando linhas, pontos, cortes, na medida em que vivencia a sua realidade em sua complexidade, considerando que a realidade é construída através das produções de saberes, das relações de poder existentes em cada período histórico. Para tanto, busca-se desenvolver espaços de aprendizagem que estimulem a mediação, a escuta, o diálogo como princípios didáticos metodológicos.

A cartografia cultural-popular permitirá que a/o agente se inspire no contexto das relações que deseja conhecer. O processo de ensino-aprendizagem acontece a partir das percepções, sensações, intuições e dos afetos que a/o agente vivencia no processo de aprendizagem. Essa abordagem não apenas mapeia, mas também dá espaço e carrega os sentidos e vivências subjetivas da cultura local, promovendo o registro participativo das comunidades e contribuindo para a sistematização das políticas culturais no território.

Os dispositivos e recursos utilizados pelas/os Agentes para o desenvolvimento das propostas poderão ser diversos e múltiplos: agendas, diários de bordo, fotografias, vídeos, mapas, fluxogramas, relatos de experiências, entre outros. A coordenação, enquanto propositora, pode sugerir práticas que valorizem a troca de experiência entre os sujeitos envolvidos no processo de registro das ações nos territórios, como, também, propiciar momentos de percursos e propostas práticas.

O caminho de atuação que a/o agente fará ao longo do curso não é definido de antemão com precisão, pois as ações que serão desenvolvidas serão diagnosticadas durante o processo, aliadas aos conhecimentos adquiridos de suas experiências anteriores em conjunto aos novos estudos em andamento. Ao mesmo tempo, a/o

¹ Inspirado no conceito de cartografia formulado por Deleuze e Guattari, o termo “Cartografia Cultural-Popular” foi criado pelo grupo responsável pela elaboração deste Projeto Pedagógico.



agente, inserida/o em seu território, atuará numa perspectiva sensível, política e popular. Sua intervenção por meio de processos de criação transversais não se esgota, suas experiências se darão num campo aberto de forças coletivas.

propostas. O professor, enquanto proposito, pode sugerir práticas que valorizem a troca de experiência entre os sujeitos envolvidos no processo de registro das ações nos territórios, como, também, propiciar momentos de percursos e propostas práticas.

O caminho de atuação que o/a Agente fará ao longo do curso terá uma certa imprecisão, pois as ações que serão desenvolvidas serão diagnosticadas durante o processo, aliadas aos conhecimentos adquiridos de suas experiências anteriores em conjunto aos novos estudos em andamento. Ao mesmo tempo, o/a Agente, inserido em seu território, atuará numa perspectiva sensível, política e popular. Sua intervenção por meio de processos de criação transversais não se esgota, suas experiências se darão num campo aberto de forças coletivas.

7.1.3 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

A comunicação comunitária representa a essência da democratização da informação, do fortalecimento das vozes locais e do combate à desinformação. É um processo participativo e colaborativo que visa permitir que as comunidades sejam escritoras e divulgadoras de suas ações, promovendo a conscientização sobre a própria realidade local e a mobilização para processos de transformação.

Dessa forma, superando os padrões da comunicação tradicional, muitas vezes voltada para conteúdos padronizados e padronizantes, a comunicação comunitária reconhece e celebra a diversidade das culturas populares e das pessoas que as constroem, destacando formas de expressão e seus contextos. Trata-se de uma forma de fortalecer e preservar identidades e tradições, garantindo a autonomia e a participação destes atores.

A comunicação comunitária está entrelaçada com a educação, trata-se de um movimento entre pessoas que possuem em comum intenções de ensinar e aprender. Portanto, é imprescindível a compreensão da importância da intercomunicação humana nos processos formativos, que podem advir de lugares e momentos diversos que transformam e levam as pessoas a aprenderem de forma trans e multidisciplinares conteúdos, valores, sensibilidades, comportamentos e práticas em múltiplos e distintos contextos.

Na relação comunicação e educação, destacamos a linguagem como um dos elementos basilares do processo da comunicação, que numa visão crítica e reflexiva, é compreendida como ideológica, histórica, cultural e social, sendo



vinculada à vida do ser humano, estabelecendo-se, nesse contexto pedagógico, a partir do cotidiano das/os Agentes Territoriais de Cultura. A efetivação de uma comunicação comunitária e popular no campo educacional e cultural passa pelo uso de uma linguagem inclusiva, logo, uma linguagem capaz de representar e alcançar a todas pessoas, sem deixar de fora nenhuma categoria ou grupo de pessoas, oportunizando lugares de reconhecimento e visibilidade social. À luz de tais considerações e das intenções dessa formação, a linguagem dentro da concepção da comunicação comunitária e popular é uma forma de representar a complexidade e a diversidade da sociedade brasileira.

A efetividade da proposta de divulgação das ações das/os agentes Territoriais de Cultura está diretamente relacionada à sua articulação com as ferramentas e as plataformas já utilizadas pelas comunidades, com incentivo e apoio ao uso de softwares livres. As ferramentas para esse diálogo são tão diversas quanto a criatividade de quem as utiliza, indo de cartazes em pontos de grande circulação a projetos de educomunicação com rádios comunitárias; da divulgação das agendas em jornais de bairro e fanzines alternativos à produção de informativos para compartilhamento em redes sociais; de carros de som que circulam todo o bairro anunciando oficinas a breves avisos em espaços de reunião comunitária.

Mais importante que as ferramentas utilizadas são os princípios da comunicação popular. A comunicação deve se dar como exercício da liberdade, voltada para a democratização da cultura, para a formação de consciência e atitude críticas, buscando sempre o reconhecimento das pessoas como sujeitos e a identificação de seus contextos. Ou seja, um processo de diálogo, troca de saberes, horizontalização e alternância entre emissores e receptores que valoriza vozes geralmente alijadas dos processos participativos. Reconhecer os processos e instrumentos de comunicação em uma comunidade é respeitar suas peculiaridades, levando em conta a sua cultura, seus desafios e suas aspirações.

A comunicação comunitária se fundamenta na participação ativa das comunidades, que produzem e disseminam conteúdos fundamentais para o cotidiano em seus territórios, mas que raramente são vistos como protagonistas desses processos. A participação ativa da comunidade nos processos de comunicação fortalece seus laços sociais e estimula a transformação das realidades. Desse modo, a proposta para divulgação das ações das/os Agentes Territoriais de Cultura estará em articulação com as ferramentas já mencionadas para divulgar o que vir a ser mobilizado no território, com isso rompendo os padrões tradicionais de comunicação exógena e sem aderência com os modos de vida vividos pelas pessoas, promovendo a participação coletiva, a diversidade e a autonomia.



7.2 EDUCAÇÃO POPULAR E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O processo educativo, dentro dos princípios epistemológicos da educação popular, constitui-se de modo dialógico e conscientizador e fomenta relações culturais, sociais e ambientais mais fraternas, equânimis e integradas com os saberes que fomentam os modos de vida nos territórios. A partir da realidade concreta, novas formas de ver o mundo são estimuladas; de uma constatação dessa realidade, uma reflexão compõe novas formas de pensar, gerando uma consciência mais crítica. A perspectiva da educação popular assume a realidade enquanto totalidade e questiona a fragmentação que impede o processo educativo de acontecer de maneira mais integral. Assim, ela incorpora a prática da pesquisa participante.

A pesquisa é um instrumento que, mediado pelo diálogo, gera aprofundamento temático e produção de um novo saber que se constitui a partir da diversidade cultural, étnica e racial. Desse modo, a participação social é impulsionada para que todas as pessoas façam parte do conhecimento construído e ela é aspecto fundante da democracia participativa.

Os princípios políticos-pedagógicos, que visam impulsionar as ações mobilizadas pelas/os Agentes Territoriais de Cultura, devem se organizar pela:

- Compreensão da integralidade do ser humano e da sociedade;
- Valorização dos diversos saberes;
- Articulação dialética entre prática e teoria;
- Fortalecimento das identidades: raça, etnia, geração, gênero, religião, deficiências e orientação sexual;
- Construção coletiva e interdisciplinar de saberes e conhecimentos;
- Postura avaliativa e crítica das práticas formativas;
- Participação social e exercício da cidadania.



Para que a formação de uma consciência cidadã dessa Agente seja estabelecida, é fundamental que haja, portanto, um diálogo fraterno e aconteça a articulação das ações culturais nos territórios. As atividades formativas podem ser orientadas sob as seguintes diretrizes:

- Partir das diferentes realidades numa perspectiva multidimensional (rural/urbana, centro/periferia, territórios, biomas, culturas, gêneros, raça, gerações etc.) e dos contextos particulares.
- Considerar, como elementos importantes, a diversidade política, cultural, econômica, ambiental e social do povo brasileiro.
- Promover a conscientização com base na leitura da realidade para a consequente transformação social.
- Articular e construir processos que contribuam para explicitar as diferentes visões de mundo, problematizando-as e confrontando-as para se chegar a novas sínteses teóricas e práticas.
- Compreender a participação popular como um direito, promovendo a participação e o diálogo como elementos essenciais a uma cultura democrática.
- Garantir e ampliar a reflexão crítica por meio da sistematização e avaliação participativa de práticas educativas populares de experiências de políticas públicas.
- Cultivar e valorizar a construção de relações de amizade, na escuta e no diálogo, atentos e capazes de perceber e respeitar a riqueza da diversidade das manifestações e tradições culturais e religiosas. (BRASIL, 2014).

Desse modo, partindo da essência político-pedagógica da Educação Popular, o percurso metodológico é orientado de forma circular, pois as diversas experiências adquiridas são retomadas e reinterpretadas ao longo do processo:





A relação entre Educação Popular e Participação Social é muito importante, pois ambas ajudam no fortalecimento das comunidades. Elas permitem que as pessoas compreendam melhor a realidade em que vivem e se tornem agentes ativas na transformação dessa realidade. A educação popular valoriza as experiências e o saber de cada pessoa, incentivando a reflexão sobre as condições de vida e motivando a busca por mudanças. Isso ajuda a desenvolver uma consciência crítica sobre as questões sociais, econômicas e políticas, preparando as pessoas para uma participação social mais eficaz. Por outro lado, a participação social cria oportunidades para que essas reflexões se tornem ações. Ela oferece os meios para que as pessoas possam se expressar, se organizar e lutar por causas comuns, seja na comunidade ou na gestão de políticas públicas. Esse processo não só coloca em prática o que se aprende, mas também reforça a educação como uma ferramenta de liberdade. Assim, a educação e a participação social se fortalecem mutuamente, criando um ciclo positivo que contribui para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.





8 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

A/O Agente Territorial de Cultura deve compreender diferentes conceitos de cultura e reconhecer a multiplicidade de manifestações culturais do território em que vive e atua; deve ser capaz de identificar constituições étnicas e históricas de tais manifestações e situá-las no contexto da cultura brasileira; deve compreender a identidade e a formação étnico-cultural da região onde atua, identificando e conhecendo informações acerca da cultura local.

O perfil de atuação de um/a Agente Territorial de Cultura vai além de apenas conceber e organizar a produção de atividades culturais, pois esse deve ser um/a profissional que comprehende a dimensão de sua percepção e influência na sociedade, na esfera da conscientização e da transformação social através da cultura.

Espera-se que a/o Agente Territorial de Cultura seja um/a profissional que estimule, compartilhe e impulsione as vivências das comunidades produtoras de cultura de seu território, vinculando-se a seus saberes, práticas, iniciativas e procedimentos culturais, não somente como gestor/a, mas como alguém que direciona sua percepção para a esfera sociocultural, atuando como mediador/a entre o âmbito público e os grupos comunitários. Dessa forma, a/o Agente Territorial de Cultura é vista/o como um vetor de mudança atuando na promoção das políticas culturais e na construção de conscientização das comunidades em relação à sua posição na estrutura social.

A/O Agente Territorial de Cultura é, portanto, um/a agente político-cultural, capacitada/o para identificar e valorizar os saberes locais e para articular estratégias de mobilização e organização comunitária. Além disso, ela/e deve estar apta/o à elaborar e direcionar projetos que visem acessar recursos públicos para a promoção da cultura, tanto em níveis locais quanto municipais, estaduais ou nacionais, garantindo, assim, a viabilidade econômica de iniciativas culturais populares.



A pessoa que atua como agente cultural deve ser criativa e ter o poder de preparar a comunidade para a leitura crítica da sociedade e sua inserção nela, no que diz respeito à cultura e a importância de suas práticas culturais. Deve estar apta a reconhecer e tipificar os saberes e atividades culturais, bem como fazer parte de ações de mobilização cultural do seu território. Para tanto, será necessária uma postura ativa, ao criar estratégias de comunicação que dialoguem com as pessoas que habitam o território com seus saberes e fazeres.

Nesse contexto, a/o Agente Territorial de Cultura tem como papel central contribuir para a democratização do acesso às políticas públicas de cultura, orientando e informando fazedoras/es de cultura de seu território sobre elaboração de projetos e meios e fontes de fomento, ampliando o alcance destas políticas, em especial, para grupos sociais historicamente vulnerabilizados e fazedoras/es de cultura invisibilizadas/os.

Em todas as ações e intervenções que venha a desenvolver, a/o agente terá a consciência da responsabilidade ética, dedicação profissional e responsabilidade social de sua atuação, mantendo uma visão humanista em relação à sua atuação e percebendo o fazer e o fruir cultural como dispositivos de acesso à cidadania, um direito de todas as pessoas.





9 ÁREAS DE ATUAÇÃO

O Agente Territorial de Cultura será capaz de:

 <p>Compreender as dinâmicas culturais de grupos sociais diversos relacionados a seus territórios e segmentos de atuação;</p>	 <p>Atuar de forma reparatória, sensível e inclusiva no que diz respeito à diversidade cultural, do ponto de vista social, étnico-racial, de gênero e de acessibilidade;</p>	 <p>Fortalecer ações culturais desenvolvidas em seus territórios e comunidades;</p>	 <p>Compreender a dinâmica das políticas culturais governamentais vigentes, nos âmbitos nacional, estadual e municipal, bem como seus programas de fomento;</p>
 <p>Saber ler, interpretar e divulgar editais, chamadas públicas e outros documentos voltados a ações de fomento cultural;</p>	 <p>Orientar a elaboração de projetos culturais em segmentos culturais;</p>	 <p>Atuar nas instâncias das políticas culturais e na gestão de coletivos e instituições culturais, com a finalidade de fortalecer a identidade, a preservação cultural e o fazer cultural do seu território.</p>	



→ 10 PRÉ-REQUISITOS DE ACESSO

- ▶ Ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;
- ▶ Ser alfabetizado (leitura e escrita);
- ▶ Possuir meios de acesso à internet;
- ▶ Ter habilidades mínimas no uso de tecnologias digitais;
- ▶ Ter disponibilidade de atuação de 20h semanais, distribuídas entre 5 (cinco) horas de formação e 15 (quinze) horas de atividades de planejamento, mobilização no território e sistematização das atividades realizadas.



11 MECANISMOS DE ACESSO AO CURSO

O curso FIC de Agente Territorial de Cultura poderá ser acessado por pessoas físicas, selecionadas por meio de edital público de seleção, realizado pelo Instituto Federal em parceria com o Ministério da Cultura.



12 MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular do curso está organizada de forma modular, sendo constituída de três módulos, sequenciais, cada qual com determinada carga horária, conforme segue: Módulo 1 - Cartografias e Territorialidades, com 50 horas; Módulo 2 - Mobilização e Comunicação, com 60 horas; e Módulo 3 - Políticas públicas de cultura nos territórios, com 50 horas.

O Quadro com os módulos, carga horária e docentes pode ser observado em detalhes no “APÊNDICE A”.



13 EMENTÁRIO

As ementas dos três módulos do curso, com suas respectivas carga horária, objetivos geral e específicos, conteúdos, metodologias e a bibliografia básica, vide “APÊNDICE B”.



14 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO, FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO

A visão de educação defendida neste projeto é baseada na troca de conhecimentos, em que se reconhece a importância da diversidade de saberes e experiências para enriquecer os momentos de formação. Nessa perspectiva, a avaliação não se limita à aplicação de testes e provas, numa abordagem unilateral de coleta de dados e medidas. Em vez disso, entende-se a avaliação como uma atividade processual e contínua, que impulsiona intervenções durante o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Para dialogar com essa visão de educação e do trabalho pedagógico, recorremos às contribuições de Benigna Villas Boas (2013), em que afirma a possibilidade de tanto a/o docente quanto a/o estudante apreenderem durante a avaliação, sendo nesse contexto que ocorrem aprendizagens significativas. Esse processo é conhecido como “avaliação formativa”, em que a avaliação está voltada para o progresso das aprendizagens. Segundo a autora,

A avaliação é o componente do trabalho pedagógico presente em todas as situações de aprendizagem. Ela fornece elementos para iniciá-lo, para garantir sua continuidade ou sua reorganização, em atendimento aos objetivos traçados, em função de novos objetivos surgidos durante o processo. Avaliação e objetivo estão sempre traçados (VILLAS BOAS, 2013).

Nesse contexto, o presente projeto objetiva promover a integração de saberes culturais e conhecimentos dos participantes no processo de aprendizagem e pesquisa. Para tanto, propõe-se uma ação avaliativa que seja processual e formativa, com diversificação de momentos e instrumentos avaliativos.

Os instrumentos avaliativos construídos para o curso são: o Círculo de Cultura, o Plano de Ação Cultural, o Portfólio de Ações Culturais, atividades realizadas no âmbito do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e a Sistematização do Processo Formativo.



A avaliação formativa não se limita aos instrumentos, mas à intenção por trás deles e a maneira como são aplicados (Hadji, 2001). Nesse projeto, nossa intenção é que os instrumentos citados possuam caráter diagnóstico e formativo, em consonância com os objetivos de formação das/os Agentes Territoriais de Cultura e os princípios pedagógicos da educação popular.

14.1 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E FREQUÊNCIA: CÍRCULOS DE CULTURA, PLANO DE AÇÃO CULTURAL, PORTFÓLIO, AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) E SISTEMATIZAÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO.

14.1.1 CÍRCULOS DE CULTURA

Os Círculos de Cultura, detalhados na metodologia, objetivam ser espaços horizontais de escuta e reflexão entre os Agentes, com objetivos de tomada de consciência sobre: as experiências vivenciadas; participação consciente; comunicação-discussão entre os envolvidos; desvelamentos de sonhos; e ampliação do olhar ao território.

14.1.2 PLANO DE AÇÃO CULTURAL

O Plano de Ação Cultural deve ser elaborado de forma individual ou coletiva, com entrega individual, de acordo com as afinidades e desejos que movem cada Agente Territorial de Cultura. Ele se configura como um documento orientador das ações culturais que as/os agentes planejam realizar em seus territórios ao longo do curso. Nele devem constar as informações básicas das ações que planejam, tais como público a que destina a ação, local e período de realização, parcerias e recursos previstos, objetivo, metodologia, meios de divulgação, dentre outros que forem necessários.

14.1.3 PORTFÓLIO DAS AÇÕES CULTURAIS

O Portfólio, como instrumento de avaliação, permite às/-aos agentes participarem ativamente, selecionando amostras de seu trabalho, suas atividades, reflexões e projetos, contribuindo para a construção da memória das ações culturais realizadas e para tecitura da cartografia cultural-popular do território de atuação da/o agente, sistematizando e organizando o seu olhar e leitura das experiências vivenciadas no território:



O portfólio é um procedimento de avaliação que permite aos alunos participarem da formulação dos objetivos de sua aprendizagem e avaliar seu progresso. Eles são, portanto, participantes ativos da avaliação, selecionando as melhores amostras de seu trabalho para incluí-las no portfólio (VILLAS BOAS, 2012, p. 38).

O Portfólio desempenha um papel de diagnóstico, possibilitando o acompanhamento do processo de estudo, formação e articulação das/dos agentes sobre temáticas ou conteúdos, verificando suas habilidades e suas dificuldades com o intuito de compreendê-las e estabelecer um diálogo a fim de atender suas necessidades.

Além disso, o Portfólio é um instrumento da avaliação formativa, permitindo acompanhar o progresso e as dificuldades das/dos agentes ao longo do processo de ensino-aprendizagem. Assim, ele possibilita a reflexão e redefinição das intervenções pedagógicas com vistas a favorecer a aprendizagem e a atuação das/dos Agentes Territoriais de Cultura.

14.1.4 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

O ambiente virtual de aprendizagem utilizado é a plataforma de cursos online do Instituto Federal para cursos na modalidade EaD. O curso possui 3 (três) módulos, em que serão disponibilizados materiais, tais como: videoaulas de curta duração, leituras básicas e complementares, links de acesso a vídeos e páginas da web, bem como atividades avaliativas e complementares a serem realizadas pelos agentes.

A plataforma de ensino e aprendizagem é um espaço amplamente reconhecido e utilizado em todo o mundo, desempenhando um papel fundamental no cenário educacional. Ela é desenvolvida em software livre, o que significa que a comunidade que a usa e desenvolve pode colaborar para aprimorar e expandir continuamente suas funcionalidades, promovendo a inovação e o acesso democrático à educação em todo o mundo. Essa característica de código aberto também oferece liberdade para as instituições, como os Institutos Federais e educadoras/es envolvidos no Projeto personalizarem o ambiente de acordo com suas preferências e objetivos educacionais.



Sua importância reside na capacidade de oferecer uma experiência de ensino e aprendizagem flexível e acessível, permitindo que instituições de ensino, pessoas e organizações personalizem e adaptem o ambiente de acordo com suas necessidades específicas.

14.1.5 SISTEMATIZAÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO

A Sistematização do Processo Formativo constitui-se como um instrumento avaliativo de caráter reflexivo e crítico, que possibilita às/ aos Agentes Territoriais de Cultura organizar, analisar e interpretar suas vivências ao longo do curso. Inspirada nos princípios da Educação Popular, essa prática visa não apenas registrar as ações realizadas, mas também compreender os aprendizados construídos, os desafios enfrentados e as transformações promovidas em seus territórios.

Por meio da sistematização, espera-se que as/ os agentes articulem as experiências práticas desenvolvidas nos Círculos de Cultura, nas ações de mobilização e comunicação, e no contato com as comunidades, com os referenciais teóricos estudados nos módulos do curso. Esse exercício favorece a autoavaliação, o reconhecimento do próprio percurso formativo e a identificação de inéditos viáveis para a continuidade de sua atuação cultural.

A sistematização pode ser apresentada em diferentes formatos – textual, artístico ou multimodal –, desde que contemple:

- A descrição e contextualização das ações realizadas;
- A análise crítica dos processos vivenciados;
- A relação entre teoria e prática;
- A reflexão sobre os aprendizados, desafios e potências identificadas.

Essa produção será socializada em momentos coletivos, fortalecendo a troca de saberes e a construção de uma cartografia afetiva e política dos territórios.



14.2 FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO

Para serem aprovadas/os no curso, as/os agentes precisarão manter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades teóricas e práticas, além de obter nota igual ou superior a:

- 7,0 (sete) ou 70% (setenta por cento) na soma de todas as atividades avaliativas do módulo, para agentes matriculados no IFPA; e
- 6,0 (seis) ou 60% (sessenta por cento) na soma de todas as atividades avaliativas do módulo, para agentes matriculados no IFG, IFRN, no IFRJ ou no IFSul.

14.3 DESLIGAMENTO

Entre as circunstâncias que podem acarretar o desligamento da/do Agente Territorial de Cultura do programa de formação, configura-se o abandono de curso, caracterizado quando a/o Agente descumpre, de forma reiterada e sem justificativa válida, as obrigações acadêmicas estabelecidas neste Projeto Pedagógico do Curso. Essas e outras situações serão analisadas pela coordenação do curso, que tomará as devidas providências.





15 CERTIFICAÇÃO

As informações referentes à certificação do curso encontram-se listadas no Apêndice C.

→ 16 RECURSOS PARA A PERMANÊNCIA, O êXITO E A CONTINUIDADE DE ESTUDOS DO AGENTE TERRITORIAL DE CULTURA

O Programa Nacional dos Comitês de Cultura (PNCC) busca ampliar o acesso às políticas públicas culturais em todo o país, valorizando a diversidade, fortalecendo a democracia e promovendo a participação popular e cidadã no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC), inclusive junto a pessoas fazedoras de cultura que desenvolvem ações culturais muitas vezes à margem das políticas vigentes.

Garantir a inclusão social desses sujeitos em um curso FIC EaD prescinde da realização de ações de inclusão digital que possibilite o acesso ao ambiente virtual de aprendizagem e todas as ações síncronas e assíncronas previstas no Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Agentes Territoriais de Cultura.

Dessa forma, os Agentes Territoriais de Cultura receberão o “auxílio inclusão digital”, por meio de pagamento em parcela única, visando possibilitar a essas/esses educandas e educandos a participação nas atividades do curso e a democratização das condições de aprendizagem, bem como bolsas mensais, visando a promoção da permanência e do êxito acadêmico.

Os Institutos Federais criarão instrumentos e metodologias de acompanhamento das ações e frequência dos Agentes Territoriais de Cultura por meio de reuniões, atividades de integração, disponibilização de canais de comunicação frequentes e trabalho permanente de tutoria para motivar e auxiliar no desenvolvimento das atividades.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Jorge Luiz. **Cultura e território**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria MinC nº 64, de 28 de setembro de 2023. Institui o Programa Nacional dos Comitês de Cultura. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 187, p. 44. 29 set. 2023.

_____. Secretaria-Geral da Presidência da República. **Brasília: Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**, 2014, p. 50-53.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução de Claudia Martins. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné Bissau**: registros de uma experiência em processo. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Educação com prática da liberdade**. 16 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Extensão ou Comunicação?** Tradução de R. D. de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

HADJI, Charles. **Avaliação Desmistificada**. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Org.) **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo, São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

VILLAS BOAS, B. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. São Paulo: Papirus, 2013.



APÊNDICE A - MATRIZ CURRICULAR

MÓDULO	DOCENTE RESPONSÁVEL	CARGA HORÁRIA
Cartografias e Territorialidades		50 horas
Mobilização e Comunicação		60 horas
Políticas públicas de cultura nos territórios		50 horas
Total do curso		160 horas



APÊNDICE B - EMENTÁRIO

MÓDULO I: CARTOGRAFIAS E TERRITORIALIDADES

Carga Horária: 50 horas

Ementa:

Cultura, Diversidades e Territorialidades. Cartografias e mapeamentos. Cartografia social, cultural e popular. Registro de organizações e pessoas físicas atuantes na área sociocultural.

Objetivo geral:

Identificar diferentes expressões culturais do território vivido em suas diversidades, contemplando espaços, comunidades, agentes e políticas públicas em prol do reconhecimento das identidades locais, da democratização do acesso à cultura e do estímulo à participação cidadã.

Objetivos específicos:

- Reconhecer as expressões culturais e relações entre cultura e diversidades a partir do território vivido.
- Mapear, analisar, registrar e visibilizar expressões culturais diversas do território.
- Contribuir com o fortalecimento de políticas públicas de cultura por meio de dados territoriais qualificados e do incentivo ao protagonismo local.

Conteúdos:

1. Cultura, Diversidades e Território

- Expressões culturais do território vivido em articulação com fundamentos sobre território, cultura, patrimônio e identidade.
- Expressões culturais do território vivido e suas diversidades: territorial, artístico-cultural, étnico-racial, de gênero, afetivo-sexual, religiosa, socioeconômica, geracional, de corpos e habilidades.



2. Cartografias e Mapeamentos

- Dimensões da cartografia: social, cultural e popular.
- Ferramentas e metodologias para registro e organização de dados culturais: Mapa da Cultura, INRC, VerSNC, Prosas, Inventários Participativos, Cartografía Social etc.
- Análise e representação de dados.

3. Construção da cartografia social, cultural e popular do território

- Prática em cartografia no território da e do agente territorial de cultura: atividade em campo.

Metodologia:

Videoaulas, material de leitura e complementar, atividades de reflexão e fóruns de participação relativos ao tema da aula, disponibilizados no AVA. Círculos de Cultura quinzenais, conforme tema gerador a ser definido pelo grupo.

Avaliação:

Para o desenvolvimento da avaliação no módulo adota-se a concepção de educação centrada na valorização da troca de saberes e experiências, promovendo uma avaliação formativa, contínua e diagnóstica que contribui para o processo de aprendizagem, conforme alude o Projeto Pedagógico do Curso. Como instrumentos avaliativos, alinhados aos princípios da educação popular, define-se: a sistematização do processo formativo, o Plano de Ação Cultural, o Portfólio e o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), visando estimular a reflexão crítica, o protagonismo das/os Agentes Territoriais de Cultura e a articulação com seus territórios. A avaliação também será entendida como parte integrante do trabalho pedagógico, com foco no acompanhamento, reorganização e progresso das aprendizagens. Para o resultado da aprovação serão considerados o resultado processual que apresentar frequência mínima de 75% e desempenho com nota igual ou superior a:

- 7,0 (sete) ou 70% (setenta por cento) na soma de todas as atividades avaliativas do módulo, para agentes matriculados no IFPA; e
- 6,0 (seis) ou 60% (sessenta por cento) na soma de todas as atividades avaliativas do módulo, para agentes matriculados no IFG, IFRN, IFRJ ou IFSul.

Há a possibilidade de desligamento em caso de abandono ou descumprimento injustificado das atividades.



Bibliografia básica:

BARROS, José Márcio (Org.). **Diversidade cultural: da proteção à promoção**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. Disponível em: https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/7093?locale-attribute=pt_BR. Acesso em: 22 set. 2025.

BARROSO, Eloísa Pereira. **Patrimônio e performance cultural: experiência e territorialidade na conquista do espaço**. Anos 90, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 151-180, dez. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/82293/51365>. Acesso em: 22 set. 2025.

SEEMANN, Jörn. “CARTOGRAFIA CULTURAL” NA GEOGRAFIA CULTURAL: ENTRE MAPAS DA CULTURA E A CULTURA DOS MAPAS. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 21, n. 2, p. 61-82, 2009. DOI: 10.5216/bgg.v21i2.4214. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/4214>. Acesso em: 22 set. 2025.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial: inventários participativos : manual de aplicação IPHAN**. Brasília, DF, 2016.

ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia_tematica/leitura%204/Cartografias%20Sociais%20e%20Territ%23rio.pdf. Acesso em: 22 set. 2025.

LISBOA FILHO, Flavi Ferreira [et al.]. **Cartografia cultural**: mapeamento cultural dos municípios de Frederico Westphalen, Júlio de Castilhos, Palmeira das Missões, Santa Maria, São Borja e Silveira Martins. Frederico Westphalen: URI, 2016. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/513/2020/08/MAPA_CULTURAL_2016.pdf. Acesso em: 22 set. 2025.

LOBÃO, Jocimara Souza Brito; OLIVEIRA, Ana Isabel Leite; OLIVEIRA JUNIOR, Israel de. **Cartografia Social: (re)descobrindo saberes**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2022, 500 p. ISBN: 978-65-89524-04-5. <https://doi.org/10.7476/9786589524953>.

MARTINS, Ana Betânia S. P.; LEAL, Cláudia F. Baeta. Mapas e Patrimônio: a Cartografia na Identificação do Patrimônio Cultural. **Geografia e Pesquisa**, v. 9, n. 2, 2015: **Geografia e Pesquisa: Patrimônio Edificado e Territorialidades**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/150812_MARTINSEAL_ARTIGOCOMPLETO_PORTAL_IPHAN.pdf. Acesso em: 22 set. 2025.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.



MÓDULO II - MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Carga Horária: 60 horas

Ementa:

Mobilização e participação popular e cidadã. Comunicação popular, comunitária e acessível. Práticas de mobilização, comunicação e engajamento para fortalecimento da identidade cultural territorial, promoção da diversidade e difusão de ações na área da cultura.

Objetivo geral:

Efetivar processos de mobilização e comunicação social com foco na difusão e democratização territorial de ações culturais.

Objetivos específicos:

- Refletir sobre práticas de mobilização, comunicação e participação popular e cidadã em diversos contextos territoriais, articuladas aos seus principais fundamentos e conceituações.
- Aplicar a acessibilidade em ações de mobilização e comunicação na área da cultura.
- Implementar planos e ferramentas de mobilização e comunicação de cunho popular, comunitário e acessível centrados na difusão e democratização territorial de ações culturais pautadas na diversidade.

Conteúdos:

1. Práticas e fundamentos da Mobilização, Participação Popular e Cidadã e Comunicação em diversos contextos territoriais

- Práticas e fundamentos de mobilização social
- Práticas e fundamentos de participação popular e cidadã
- Práticas e fundamentos de comunicação popular, comunitária e digital
- Os papéis de agentes territoriais em diferentes contextos
- A atuação de agentes territoriais de cultura para mobilização e comunicação de ações culturais



2. Acessibilidade na Mobilização e na Comunicação de Ações Culturais

- Compreendendo a inclusão das diferenças nas ações culturais
- Os tipos de acessibilidade em diversos contextos
- Acessibilidade digital para mobilização e comunicação na área da cultura
- Aplicações de acessibilidades nas ações de mobilização e comunicação na área da cultura

3. Planos e ferramentas de mobilização e comunicação

- Principais ferramentas de mobilização e comunicação popular e comunitária: da tradição ao digital, da escrita ao audiovisual
- Construindo um plano de mobilização e comunicação de cunho popular, comunitário, digital e acessível

Metodologia:

Videoaulas, material de leitura e complementar, atividades de reflexão e fóruns de participação relativos ao tema da aula, disponibilizados no AVA. Círculos de Cultura quinzenais, conforme tema gerador a ser definido pelo grupo.

Avaliação:

Para o desenvolvimento da avaliação no módulo adota-se a concepção de educação centrada na valorização da troca de saberes e experiências, promovendo uma avaliação formativa, contínua e diagnóstica que contribui para o processo de aprendizagem, conforme alude o Projeto Pedagógico do Curso. Como instrumentos avaliativos, alinhados aos princípios da educação popular, define-se: a sistematização do processo formativo, o Plano de Ação Cultural, o Portfólio e o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), visando estimular a reflexão crítica, o protagonismo das/os Agentes Territoriais de Cultura e a articulação com seus territórios. A avaliação também será entendida como parte integrante do trabalho pedagógico, com foco no acompanhamento, reorganização e progresso das aprendizagens. Para o resultado da aprovação serão considerados o resultado processual que apresentar frequência mínima de 75% e desempenho com nota igual ou superior a:

- 7,0 (sete) ou 70% (setenta por cento) na soma de todas as atividades avaliativas do módulo, para agentes matriculados no IFPA; e
- 6,0 (seis) ou 60% (sessenta por cento) na soma de todas as atividades avaliativas do módulo, para agentes matriculados no IFG, IFRN, IFRJ ou IFSul.

Há a possibilidade de desligamento em caso de abandono ou descumprimento injustificado das atividades.



Bibliografia básica:

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa na Era Digital: Entre Utopias Freireanas e Distopias. **Media & Jornalismo**, [S. l.], v. 23, n. 42, p. 23-38, 2023. DOI: 10.14195/2183-5462_42_1. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/12200>. Acesso em: 22 set. 2025.

SARRAF, Viviane Panelli. Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência – benefícios para todos. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, n° 6, p. 23-43, 2018. Disponível em: https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/revista/Revista_CPFn06.pdf. Acesso em: 22 set. 2025.

TORO A., José Bernardo; WERNECK, Nízia Maria Duarte. **Mobilização Social**: um modo de construir a democracia e a participação. Brasília : Ministério da Justiça, 1997.

Bibliografia complementar:

AMMANN, Safira Bezerra. **Participação social**. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** In: FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 7^a ed. p. 44-50.

PELOSO, Ranulfo. **Trabalho de base**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

VITO, Giannotti. **Comunicação dos trabalhadores e hegemonia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível em: <https://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2014/11/Comunica%C3%A7%C3%A3o-web-ok.pdf>. Acesso em: 22 set. 2025.



Módulo III - Políticas públicas de cultura nos territórios

Carga Horária: 50 horas

Ementa:

Territorialização das políticas públicas de cultura. Infraestrutura e gestão cultural local. Democratização, acesso, participação social e comunitária nas políticas públicas de cultura do território. Sistemas estadual e municipal de cultura.

Objetivo Geral:

Contribuir com a qualificação dos processos de territorialização das políticas culturais.

Objetivos Específicos:

- Conhecer as equipes de gestão e a infraestrutura de cultura local em prol dos processos de territorialização das políticas culturais.
- Promover a democratização, o acesso e a participação social da comunidade na formulação de políticas públicas de cultura e adesão a políticas existentes.
- Contribuir com a implementação e o fortalecimento dos sistemas estadual e municipal de cultura.

Conteúdos:

1. Territorialização, gestão e infraestrutura de políticas públicas de cultura

- Políticas públicas de cultura no território, definições e ciclo de políticas.
- Equipes de gestão pública federal, estadual e municipal de cultura e as principais fazedoras e fazedores de cultura na gestão de iniciativas da sociedade civil.
- Infraestrutura de cultura no território: o que temos e o que queremos ter?
- A territorialização da cultura como estratégia de desenvolvimento local.



2. Democratização, acesso e participação social na cultura do território

- Estratégias de escuta, mobilização e comunicação para formulação de políticas públicas de cultura e adesão a políticas existentes.
- Estratégias de visibilização de dados locais para fundamentação ou retroalimentação de políticas públicas de cultura.

3. Sistemas de Cultura nos territórios

- Componentes dos sistemas estadual e municipal de cultura vigentes no território.
- O papel dos agentes territoriais de cultura na implementação e no fortalecimento dos sistemas de cultura.

Metodologia:

Videoaulas, material de leitura e complementar, atividades de reflexão e fóruns de participação relativos ao tema da aula, disponibilizados no AVA. Círculos de Cultura quinzenais, conforme tema gerador a ser definido pelo grupo.



Bibliografia básica:

ALBINATI, Mariana. O território nas políticas culturais para as cidades. *Políticas Culturais em Revista*, 2 (2), p. 72-83, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/1237/1/3142.pdf>. Acesso em: 22 set. 2025.

CARNIELLO, M. F.; DOS SANTOS, M. J.; MÁXIMO PIMENTA, C. A. A abordagem territorial do desenvolvimento: um olhar metodológico sobre a dimensão cultural e seus componentes. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, [S. I.], v. 18, n. 1, 2022. DOI: 10.54399/rbgdr.v18i1.6517. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6517>. Acesso em: 23 set. 2025.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais entre o possível e o impossível. In: Gisele Marchiori Nussbaumer (Org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007. Pgs. 139-158.

Bibliografia complementar:

DALLABRIDA, V. R. **Patrimônio Territorial**: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, v. 18, n. 52, p. 12-32, jul. 2020.

SANTOS, B. D. dos; ZAMBERLAN, Carlos Otávio. **Educação, cultura e a construção de uma identidade territorial**. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 15, n. 6, dez. 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5199/857>. Acesso em: 23 set. 2021.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.



SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas públicas:** conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

SEMENSATO, Clarissa Alexandra Guajardo; BARBALHO, Alexandre Almeida. O Sistema Nacional de Cultura e a institucionalização das políticas culturais municipais. X Encontro Brasileiro de Administração Pública, 2023, Brasília. **Anais eletrônicos** [...] Brasília: Sociedade Brasileira de Administração Pública Brasil, 2023. Disponível em: https://sbap.org.br/ebap-2023/anais/documento_final-265.pdf. Acesso em 29 set. 2025.



APÊNDICE C – DA CERTIFICAÇÃO



Agentes Territoriais de Cultura

A gente é da cultura, a cultura é da gente